

Almirante Alfredo Botelho de Sousa

Geopolítico erudito e historiador de referência

«A razão de ser da Armada na defesa do país deve estar sempre presente no espírito dos que detêm a governação»¹.

Filho de António Botelho de Sousa e de Thereza de Jesus Viveiros, Alfredo Botelho de Sousa nasceu na freguesia de Ajuda da Bretanha, ilha de S. Miguel, Açores, no dia 1 de dezembro de 1880. Frequentou a escola primária na vila das Capelas, transitando em 1890 para Ponta Delgada, onde prosseguiu os estudos no liceu da Graça. Ao que parece, os intensos acontecimentos vividos na última década do século XIX, fortemente marcada pelo *Ultimatum* inglês a Portugal, terão incutido em Alfredo Botelho de Sousa o interesse pelo poder naval português, muito embora na escola se distinguisse em particular na área das ciências. Nos tempos livres visitava regularmente a mãe, que trabalhava como ajudante do diretor da farmácia do hospital de Ponta Delgada, Francisco Maria Supico (1830-1911), o que o levou a interessar-se pelas questões técnicas daquele serviço. Apesar da modéstia de recursos dos seus progenitores, a amizade de Francisco Supico terá sido decisiva no apoio financeiro que o Marquês da Praia e Monforte lhe concedeu em 1895, permitindo-lhe prosseguir os estudos na Escola Politécnica, em Lisboa, durante três anos letivos.

Muito embora não houvesse na família qualquer tradição militar ou marítima, a condição de ilhéu, aliada ao interesse que nutria pelos feitos marítimos dos portugueses, a que se somaram, em 1898, os eventos do programa de comemorações do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, terão concorrido para que Alfredo Botelho de Sousa optasse por entrar para a Escola Naval a 20 de outubro desse ano. Terminou o curso como primeiro classificado e foi promovido a guarda-marinha a 30 de setembro de 1901, iniciando um período de embarque em navios como o cruzador *D. Carlos I*, as canhoneiras *D. Luís, Tâmega e Sado*, bem como no transporte *Pero de Alenquer*, nos quais navegou pelos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde.

A 7 de julho de 1903 partia para o Índico e a 21 de agosto era nomeado vogal efetivo dos Conselhos de Guerra da Divisão Naval em Macau, tendo sido promovido a segundo-tenente no dia 7 de fevereiro do ano seguinte. Esteve embarcado na canhoneira *Pátria*, onde efetuou uma viagem a Luanda no primeiro semestre de 1905, e ainda no transporte *Salvador Correa* e no navio depósito *Índia*, nos quais visitou diferentes províncias portuguesas no Índico.

Foi por esta altura que tomou contacto com a complexa realidade das províncias ultramarinas portuguesas – fortemente condicionada pelo facto do poder naval vigente não dispor de capacidade para garantir a salvaguarda dos interesses nacionais naquelas paragens – mas também com a obra e doutrina de Alfred Thayer Mahan (1840-1914). Em conjunto, terão constituído fon-



O Guarda-marinha Alfredo Botelho de Sousa.

te de inspiração às investigações que, doravante, dedicou às questões da geopolítica e à presença portuguesa no Oriente.

Em 1906, com o intuito de integrar a Missão Hidrográfica de Lourenço Marques, seguiu para Moçambique, mas «foi obrigado em virtude do despacho ministerial que elevou as 120 derrotas exigidas para o seu tirocínio a 120 períodos de 24 horas, a requerer para seguir viagem em pacote até encontrar o transporte “África”, único meio que tinha de poder satisfazer essa navegação dentro do tempo que lhe faltava para completar o tirocínio de dois anos». Esteve embarcado na canhoneira *Zambeze*, na canhoneira-torpedeiro *Tejo* e no cruzador *Rainha D. Amélia*, nos quais dedicou «a maior actividade, zelo e saber na missão hidrográfica, dando as mais apreciáveis provas de boa vontade para que se realizasse com êxito tam árdua quanto importante tarefa».

Por motivos de saúde, foi obrigado a regressar a Lisboa em 1908, donde seguiu, com licença da Junta de Saúde Naval, para Ponta Delgada. Em maio do ano seguinte assumiu as funções de encarregado de arti-

lharia da canhoneira *Açor* e, em agosto, foi nomeado adjunto do Departamento Marítimo de Oeste, tomando posse, em vésperas da implantação da República, como capitão do porto de Ponta Delgada. Em dezembro desse ano foi admitido a concurso para o curso de Engenharia Naval, que devido à situação não se chegou a realizar.

Republicano convicto, no dia 29 de maio de 1911 foi, a seu pedido, exonerado do cargo de capitão de porto. O seu nome apareceria pouco tempo depois na lista dos 234 deputados das Cortes Constituintes, eleito pelo círculo transmontano de Vila Real. Em virtude do respeito que entretanto granjeara, o ainda Segundo-tenente Botelho de Sousa encontrava-se entre os 71 senadores eleitos que aprovaram a Constituição, funções que exerceu até 1915. De permissão, publicou em 1912 a obra *Marinha e Defesa Nacional*, fortemente influenciada pelas teorias de Mahan, onde releva a sua preocupação para com os problemas que por essa altura afetavam a Marinha, designadamente, na forma como esta se encontrava organizada nas províncias ultramarinas. Com esta obra lançou as bases doutrinárias do pensamento naval português que vigorou na primeira metade do século XX, na qual defendia o domínio do mar como garantia da manutenção das províncias ultramarinas. Muito crítico da situação em que se encontrava o país, tinha a noção de que a sociedade civil – leia-se os políticos – seria incapaz de produzir um verdadeiro programa de defesa nacional:

«[...] entre nós, com uma população deseducada, quanto aos princípios em que assenta a doutrina da defesa nacional, num país onde os assuntos que dizem respeito a essa defesa são estudados, pode dizer-se que exclusivamente, pelas classes militares, não seria razoável excluí-las do Congresso, porque nos sujeitaríamos a não ter aí quem tratasse com conhecimento tão importantes assuntos».

A 28 de agosto de 1912, após concluir o curso da Escola Prática de Torpedos e Electricidade, foi nomeado para fazer parte da comissão encarregada de estabelecer as condições de contrato da navegação entre Lisboa e os portos da América do Norte, tendo sido promovido a primeiro-tenente no dia 30 de novembro.

Em janeiro de 1913 integrou a comissão incumbida «de estudar a manutenção das escolas de alunos marinheiros e propor a sua reorga-

Arquivo Histórico da Marinha

nização para melhor preparar os futuros oficiais inferiores da Armada», tendo, no final do mês, transitado para o aviso 5 de Outubro, onde permaneceu como oficial de guarnição até abril de 1915. Terminada esta comissão seguiu para Ponta Delgada, onde assumiu a chefia do Observatório Meteorológico local, elemento-chave no fornecimento de informação meteorológica à navegação norte-americana e inglesa, que zelosamente sonegava aos alemães. Com a entrada de Portugal na guerra, o primeiro-tenente Botelho de Sousa solicitou a exoneração daquelas funções, o que veio a ocorrer em finais de 1916. Embarcou então no cruzador S. Gabriel, entre 5 de janeiro e 27 de setembro de 1917, que deixou para assumir o comando do vapor Almirante Paço d'Arcos, efetuando, até ao final de março do ano seguinte, um total de «10 campanhas e comboios de guerra», incluindo o transporte de tropas de Lisboa para a Flandres. Pela relevância da sua ação, foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Promovido a capitão-tenente a 25 de Abril de 1918, exerceu, durante cinco meses, o Comando Central de Defesa Marítima, que acumulou com o cargo de auxiliar do Chefe da Missão Hidrográfica da Costa de Portugal. Fruto do seu prestígio na área das relações internacionais, foi entretanto requisitado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para participar na Conferência de Paz que decorreu em Versalhes. Era um dos quatro militares que integravam aquela delegação – e o único de Marinha – inicialmente chefiada por Egas Moniz (1874-1955). Na sequência das mudanças políticas entretanto ocorridas em Portugal, Egas Moniz acabou por ser substituído na chefia

da delegação portuguesa, tendo-se registado algumas tentativas para afastar o Capitão-tenente Botelho de Sousa. No entanto, a Armada reiterou-lhe toda a confiança, razão que explica o facto de ter sido um dos poucos a manter-se em funções, doravante com poderes reforçados, como se depreende do ofício que abaixo se transcreve:

«Sua Excelência o Ministro da Marinha encarrega-me de solicitar de Vossa Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros que o capitão-tenente Alfredo Botelho de Sousa seja conservado na Delegação Portuguesa da Conferência de Paz, como delegado técnico nos assuntos que interessam às marinhas de guerra e mercante, atendendo à sua reconhecida competência, estudos e interesses que tem tomado pelas coisas da Marinha do nosso País, rogando mais para que Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros recomende, com o maior empenho, aos delegados portugueses, que prestem todo o apoio às suas propostas».

Na Conferência de Paz, competia-lhe defender «a execução do Programa Mínimo do Estado Maior Naval», no sentido de prosseguir a reestruturação e reequipamento da Armada, à custa das compensações devidas pelos aliados e pela Alemanha ao esforço de guerra português. Por essa altura, acreditava-se que tal seria possível, uma vez que as principais potências vencedoras dispunham de excesso de navios, pelo que não estariam interessadas em adquirir mais ao abrigo das reparações de guerra que lhes eram devidas. No entanto, atendendo à fraca posição negocial portuguesa, cedo o Capitão-tenente Botelho de Sousa percebeu

que os objetivos traçados para a Conferência de Paz iriam ficar muito aquém das expectativas, uma vez que a redistribuição dos navios alemães, que haviam sido apreendidos nos portos nacionais em 1916, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, não ia ao encontro dos legítimos interesses do país. Com efeito, a concorrência e a forte

posição de países como a Bélgica, a Grécia, a Polónia e a Roménia, vieram deitar por terra as aspirações nacionais. É neste sentido que Botelho de Sousa redige o exaustivo Memorandum sobre a Marinha Mercante, preconizando a relevância do comércio marítimo no contexto do poder naval, dando corpo às ideias de Mahan. Em 1921, desiludido com os resultados que inviabilizaram a possibilidade de refazer a esquadra nacional com as reparações devidas aos vencedores da Guerra, abandonou a delegação portuguesa ainda antes da assinatura do Tratado de Versalhes.

No entender do historiador António Telo², por esta altura Botelho de Sousa «é um autor que produz obra sólida, a única ao nível de Pereira da Silva [...] é também um mahanista convicto, que condena o conceito de esquadra fortaleza». Para ele, «os Açores têm um especial significado em qualquer conflito que envolva o Atlântico, [pela importância de] operar no triângulo estratégico português».

Concluída a sua participação na Conferência de Paz, optou por abraçar a carreira docente no ensino militar. Foi nomeado lente da 11.ª cadeira (Arte Militar Marítima) da Escola Naval, onde lecionou até 1934, e, em 1922, professor da 36.ª cadeira (Material e Operações Navais) da Escola Militar, funções que exerceu até 1937. Nesta última, foi incumbido de organizar a homenagem a Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-

1922), pela façanha realizada na travessia aérea do Atlântico Sul. Resta acrescentar que nesse ano integrou ainda a comissão encarregada de elaborar o projeto de reorganização do Ministério da Marinha.

Por esta altura, o seu prestígio nas áreas da estratégia militar, da política internacional e da história extravasava já o círculo castrense e nacional, razão pela qual era



O contratorpedeiro Lima.



O cruzador-auxiliar Gil Eanes.

Revista da Armada

Arquivo Histórico da Marinha

solicitada, amiúde, a sua colaboração nos mais variados *fora*. Exemplo disso constitui a colaboração que manteve com o jornal *Diário dos Açores*, entre 1922 e 1953, que sob o título «Notas Internacionais» se traduziu em mais de 500 crónicas; a nomeação para vogal da Comissão de História Militar, que desempenhou entre 1923 e 1957; e a coluna de defesa nacional no jornal *O Século*, iniciado em 1924 a convite de Henrique Trindade Coelho (1885-1934), para o qual escreveu também largas centenas de artigos. De relevar ainda a profícua colaboração que encetou em 1907, ainda como segundo-tenente, com os *Anais do Clube Militar Naval*, que até 1954 se traduziu em 55 artigos, num total de mais de 1800 páginas!

Depois de ter estado muito tempo afastado dos navios, o Capitão-tenente Botelho de Sousa comandou durante um ano o contratorpedeiro *Tâmega*, entre setembro de 1926 e setembro de 1927, que deixou para assumir a chefia da Direção do Material de Guerra, altura em que foi igualmente nomeado professor do Curso Naval de Guerra. No ano seguinte era nomeado para integrar a comissão encarregada de escolher o local onde deveria ser edificado o novo Arsenal.

No final de 1930, o então comandante da Escola Naval, Contra-almirante Isaías Augusto Newton, avaliava assim o Capitão-tenente Botelho de Sousa:

«É um dos oficiais mais distintos e competentes na nossa Armada, demonstrando-o não só na vigência da sua cadeira da Escola Naval, como nas muitas publicações e livros de que é autor».

Em 1930 publicava o primeiro tomo da obra intitulada *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia (1585-1650)*, que completou em 1956 com a edição do quarto e último volume, num total de 2443 páginas! A prestigiada revista britânica *The Mariner's Mirror* não ficou alheia ao facto, publicando, em outubro de 1930, uma recensão crítica saída da pena do famoso historiador Charles Ralph Boxer (1904-2000), onde este tecia os mais rasgados encómios ao primeiro volume então editado:

«Um livro para alegrar o coração de um crítico, em que o autor mostra como a tática e a estratégia dos Portugueses foram influenciadas pelos inimigos nativos com quem tiveram que lutar».

Promovido a capitão-de-fragata a 15 de julho de 1932, foi no ano seguinte encarregado de propor ao governo «as bases da organização e atribuições» do Conselho Superior de Defesa Nacional, tendo ainda integrado a comissão de estudos para a instalação do Centro de Aviação Naval em Lisboa, que exerceu em acumulação com o Conselho de Tarifas para as Ilhas Adjacentes, do qual também fazia parte.

Em outubro de 1934 voltou a embarcar,

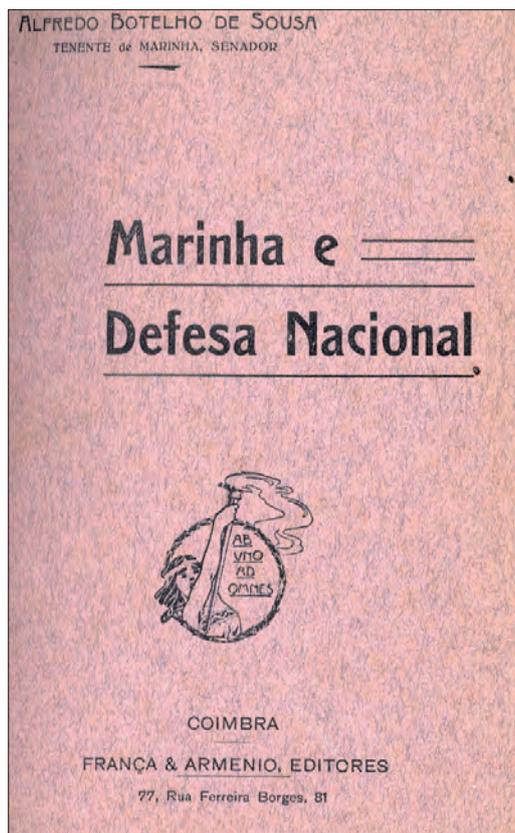
desta vez para comandar o contratorpedeiro *Lima*, funções que desempenhou até janeiro de 1936, a par do comando da esquadilha de contratorpedeiros que igualmente lhe foi confiado. Neste mesmo período tomou parte, como vogal, na comissão

sa Nacional da Câmara Corporativa, mas apresentou de imediato a sua demissão. A 30 de janeiro assumiu o cargo de chefe de gabinete do Major-General da Armada, aí permanecendo até 9 de maio de 1938. Casara, entretanto, no dia 30 de dezembro de 1935, já com 55 anos, com Dona Josefa Gago da Câmara Riley, não tendo deixado qualquer descendente.

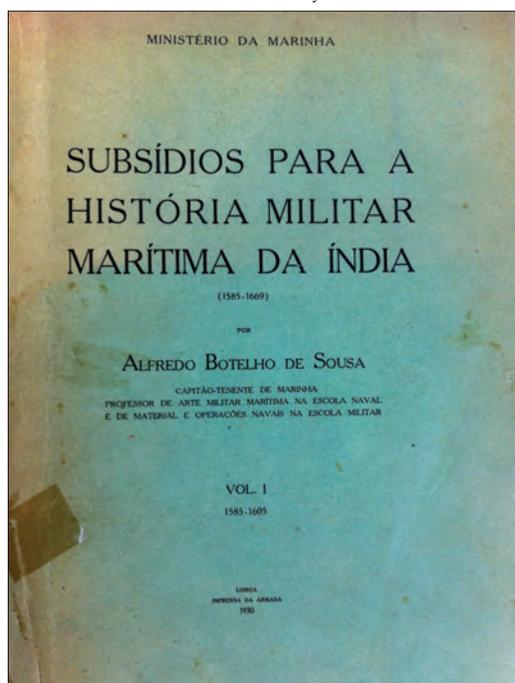
Foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra a 29 de julho de 1936, integrando, nesse ano, outros dois grupos de trabalho criados *ad-hoc*: a Comissão Organizadora do Museu de Marinha e a Comissão de Coordenação e Estudo das Instalações da Marinha de Guerra. De resto, no ano seguinte era nomeado presidente de uma outra Comissão de Estudo junto da Marinha dos Estados Unidos, que, entre agosto e outubro de 1937, se deslocou àquele país, a convite do governo norte-americano, com o propósito de intermediar as facilidades a conceder por Portugal nos Açores, caso a guerra viesse a eclodir. Por esta altura iniciou igualmente a colaboração com a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, para a qual escreveu diversas entradas.

Foi chefe do gabinete do Major-General da Armada em 1937 e 1938, antes de embarcar no cruzador-auxiliar *Gil Eannes* como «Comandante em Chefe com a designação de Comodoro da Divisão Naval», cargo que exerceu até novembro de 1938. Promovido a contra-almirante a 1 de janeiro de 1939, foi Chefe do Estado Maior Naval entre 1 de abril desse ano e 10 de março de 1941, funções que deixou para assumir o cargo de Major-General da Armada, tendo, nesse mesmo dia, sido promovido ao posto de vice-almirante. Desempenhou o mais alto cargo da hierarquia da Marinha de Guerra até 7 de janeiro de 1946, transitando para a situação de reserva a 1 de dezembro do ano anterior. Importa sublinhar que em 1945 o Vice-almirante Botelho de Sousa havia sido um dos chefes militares que encabeçaram a Organização Militar de Libertação Nacional, signatária do documento entregue ao Presidente Óscar Fragoso Carmona (1869-1951), no qual eram tecidas duras críticas e falta de visão ao regime salazarista.

Na situação de reserva, prestou serviço na Superintendência dos Serviços da Armada, tendo ainda presidido aos seguintes organismos: Conselho Superior de Disciplina da Armada (3 de dezembro de 1945 a 4 de fevereiro de 1947); Comissão do Domínio Público Marítimo (27 de novembro de 1947 a 30 de novembro de 1950); Comissão Internacional do Direito do Mar (30 de novembro de 1946 a 15 de dezembro de 1947); e Supremo Tribunal Militar (25 de fevereiro de 1947 a 30 de novembro de 1950). Passou à reforma a 1 de dezembro de 1950 com 52



Marinha e Defesa Nacional.
Tenente de Marinha e Senador Alfredo Botelho de Sousa.



Subsídios para a História Militar Marítima da Índia (1585-1650).
Primeiro volume.

que propôs ao governo a resolução da crise que afetava a marinha mercante nacional e da comissão organizadora do Museu Naval Português. Foi ainda nomeado presidente do conselho para a secção da Defe-

anos de serviço efetivo, mas continuou a escrever sobre assuntos relevantes para Portugal e para a Marinha.

Em 1952, o *Diário de Notícias* publicava um artigo seu onde defendia que «o carácter operacional muito próprio da aeronáutica naval impede que esta saia do contacto directo com a Armada», num claro remoque aos que advogavam a total concentração dos meios aéreos na recém-criada Força Aérea. O tempo viria a dar-lhe razão, aquando da aquisição das fragatas classe *Vasco da Gama!*

Trabalhador incansável mas de saúde frágil, comprovada pelos sete internamentos de que foi alvo entre 1927 e 1959, o Vice-almirante Alfredo Botelho de Sousa faleceu no dia 7 de abril de 1960, aos 79 anos, no Hospital da Marinha. Marinheiro e intelectual prestigiadíssimo, deixou-nos uma vasta obra nas áreas da geopolítica, da estratégia e da história.

Pela relevância da sua ação, a Marinha prestou-lhe uma primeira homenagem em 1972, com a colocação de uma estátua, da autoria do escultor La-



O Vice-almirante Alfredo Botelho de Sousa.

Arquivo Histórico da Marinha

goa Rodrigues, à entrada da biblioteca do Estado-Maior da Armada, e o Instituto Superior Naval de Guerra criou um prémio com o seu nome, para distinguir o primeiro classificado do Curso Geral Naval de Guerra. Trinta anos mais tarde, foi a vez da Escola Naval lhe prestar tributo, fazendo-o Patrono do curso de cadetes que entrou para a Marinha em 2002. Cumpre ainda destacar a recente atribuição do seu nome à sala de reuniões do Estado-Maior da Armada, sendo que na sua terra natal, em Ponta Delgada, também existe uma rua com igual designação.



CFR António Manuel Gonçalves
Membro do CINAV

Notas

¹ CALM Botelho de Sousa (1940).

² António José Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organizações, 1824-1974*, tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 318.

O texto respeita o novo acordo ortográfico, à exceção das transcrições. O autor escreve doravante seguindo esta norma.

CONDECORAÇÕES	PRINCIPAIS TRABALHOS PUBLICADOS
Medalha Militar de Prata da Classe de Comportamento Exemplar (1913)	<i>Marinha e Defesa Nacional</i> , Coimbra, França & Arménio, 1912.
Medalha de Ouro Comemorativa das Campanhas do Exército Português «No mar 1916-17-18» (1919)	<i>O Problema da Marinha Mercante</i> , Lisboa, Tipografia J. F. Pinheiro, 1919.
Grau de Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (1919)	<i>Subsídios para a História Militar Marítima da Índia</i> , Lisboa, Ministério da Marinha-Imprensa da Armada, 1930.
Medalha de Prata de Coragem, Abnegação e Humanidade (1919)	<i>Primeiro esboço para uma doutrina táctica da flotilha de superfície</i> , Lisboa, Ministério da Marinha-Imprensa da Armada, 1936.
Medalha de Prata de Filantropia e Caridade (1920)	<i>Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além Mar</i> , 2. vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
Medalha da Victória (1920)	<i>Nuno Álvares Botelho, Capitão Geral das Armadas de Alto Bordo e Governador da Índia</i> , Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
Medalha Militar de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar (1931)	<i>O Período da Restauração nos Mares da Metrópole, no Brasil e em Angola</i> , Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
Oficial da Ordem Militar de S. Tiago (1934)	<i>O Período da Restauração na Índia</i> , Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz (1938)	<i>Subsídios para a História Militar Marítima da Índia</i> , 4 vols., Lisboa, Imprensa da Armada, 1930-1951.
Medalha Militar de Ouro da Classe de Bons Serviços (1938 e 1945)	<i>Os Factores Imponderáveis da Guerra</i> , Lisboa, Ministério da Marinha, 1970.
Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz (1941)	«Administração Central da Marinha», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 44, 1913, pp. 67-84, 579-608, 659-688, 749-760, 829-839, 872-880.
Ordem do Banho (Inglaterra – 1941)	«Estratégia do tempo de guerra», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 45, 1914, pp. 311-335, 511-525, 546-571 e 654-672.
Medalha de Ouro de Coragem, Abnegação e Humanidade do Instituto de Socorros a Náufragos (1943)	«O estudo da arte da guerra na preparação dos oficiais», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 50, 1919, pp. 492-502.
Medalha de Prata de Filantropia e Caridade do Instituto de Socorros a Náufragos (1944)	«O Curso Naval de Guerra», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 51, 1920, pp. 97-123.
Comendador da <i>Legion of Merit</i> (Estados Unidos – 1945)	«O triângulo estratégico», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 56 e 57, 1925 e 1926, pp. 33-55, 71-83, 210-234, 275-297 e 18-29.
Comendador da Ordem do Império Britânico (Inglaterra – 1947)	«Estudos de orgânica. A Administração Central da Marinha», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 57, 1926, pp. 272-291.
Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago e Espada (1949)	«Estudos de orgânica. O pessoal», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 59 e 60, 1928 e 1929, pp. 11-26, 20-29 e 11-31.
	«A educação dos oficiais da armada até à criação da Escola Naval», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 60, 1929, pp. 17-31.
	«Recrutamento, instrução e selecção dos oficiais», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 60, 1929, pp. 97-104, 95-105.
	«Marinha de qualidade e marinha de quantidade», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 61, 1930, pp. 159-167.
	«Política naval nacional: necessidade e vantagens de defini-la», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 61, Lisboa, 1930, pp. 91-116, 121-154.
	«Princípios do mando», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 61 e 62, 1930 e 1931, pp. 3-29 e 55-78.
	«As grandes expedições combinadas», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 62 e 63, 1932 e 1933, pp. 21-36, 51-70 e 29-45.
	«A evolução, no tempo, da coordenação das forças Militares», <i>Revista Militar</i> , maio de 1951.
	«A marinha e o império das Índias Orientais», <i>Anais do Clube Militar Naval</i> , n.º 84, 1954, pp. 87-102.
PROMOÇÕES	
Aspirante de 2.ª Classe	20 de outubro de 1898
Guarda-marinha	30 de setembro de 1901
Segundo-tenente	7 de fevereiro de 1904
Primeiro-tenente	30 de novembro de 1912
Capitão-tenente	25 de Abril de 1918
Capitão-de-fragata	15 de julho de 1932
Capitão-de-mar-e-guerra	29 de julho de 1936
Contra-almirante	1 de janeiro de 1939
Vice-almirante	10 de março de 1941